

ILUSTRÍSSIMA SRA. GRAZIELA MELGAÇO PIRES FURTADO DE MENDONÇA, PREGOEIRA DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO.

Ref.: Pregão Eletrônico nº: PE 29/2019

Processo nº: e-PAD 39011/19 - SEIT

Objeto: Prestação de serviços de conectividade à internet, com disponibilidade de cabeamento de fibra ótica no endereço de instalação e montagem da infraestrutura necessária.

VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.872.814/0001-30, com sede na Avenida Professor Vicente Rao, nº 1.220, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04636-001, por seus representantes legais infra assinados, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante ALGAR, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

I – DOS FATOS

Em resposta ao certame licitatório supramencionado, a Recorrente decidiu por sua efetiva participação em estrita observância às exigências previstas no Edital de Licitação, logrando-se vencedora.

No entanto, por motivo alheio à sua vontade, quando da renovação de uma de suas certidões negativas exigida pelo Edital, apesar do fato de estar adimplente com suas obrigações, o órgão emissor do referido documento acabou por demorar por vários dias para atender as diversas solicitações de emissão da certidão negativa atualizada, o que impactou negativamente o certame. Contudo, considerando que a Vogel esta regular e adimplente com suas obrigações, tratando-se a demora tão somente de burocracia e trâmites internos da prefeitura (órgão emissor da certidão), a Vogel não poderia ser prejudicada no certame, o que acabou por ocorrer.

Não fosse suficiente o quanto acima exposto, a ALGAR, segunda colocada, quando da conferência dos documentos para sua potencial habilitação, assim como a Vogel, não conseguiu trazer aos autos os documentos necessários para comprovar sua regularidade, porém, relacionado a outro item do Edital e em nosso entendimento muito mais relevante pois é através da regularidade contratual e técnica com a CEMIG que a rede de telecomunicações de cada prestadora se torna regular ou clandestina.

Contudo pelas razões abaixo aduzidas tal decisão não deve prosperar pois, evidentemente, em desacordo com o quanto previsto em Lei.

II – DAS RAZÕES DE REFORMA DA DECISÃO

Neste sentido, conforme se verifica nos documentos apresentados pela Algar, a mesma não apresentou no momento oportuno previsto no Edital a documentação exigida relativa à CEMIG.

Evidentemente, por razões lógicas, assim como foi realizada pelo licitante, uma diligência técnica perante a CEMIG, órgão emissor do documento que comprova a regularidade contratual com a Algar, deveria ter sido dada igual oportunidade à Vogel de comprovar que estava regular e adimplente perante a Prefeitura.

III – DOS FUNDAMENTOS

Observa-se que a comprovação da qualificação técnica da empresa vencedora, qual seja a ALGAR deveria ter sido apresentada, de forma incontestável, no momento previsto no Edital.

Se o cumprimento de referido item não ocorreu da forma preconizada e foi flexibilizada a habilitação da participante, igual oportunidade, tendo em vista o princípio da isonomia, em que iguais oportunidades são conferidas a todos os participantes, deveria ter ocorrido também com a Vogel, que foi a primeira colocada.

Assim, a decisão deve ser revertida, sob pena de grave violação aos preceitos elencados no caput do artigo 3º, da Lei 8.666/93, in albis:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será

processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Requer-se, portanto, que seja reformada a decisão inabilitando a empresa Algar, classificando, destarte, como ganhadora do certame a empresa VOGEL, cumprindo-se, assim, plenamente os ditames legais e, conseqüentemente, habilitando a Recorrente.

IV – DO PEDIDO

Diante do exposto, a Recorrente, respeitosamente, requer o recebimento e acolhimento do recurso, para o fim de:

- (i)** Seja dado provimento ao presente recurso, reformando-se a r. decisão recorrida, para que seja inabilitada a primeira colocada, classificando como vencedora a Recorrente.
- (ii)** Requer, por fim, a produção de todas as provas em direito admitidas, em especial a oitiva de testemunhas (rol oportuno), perícia e juntada de novos documentos, se assim o exigir a controvérsia instaurada.

PEDE DEFERIMENTO.

São Paulo, 22 de abril de 2020.



Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A.